

## A VIRTUDE DE RELIGIÃO

Duarte Sousa Lara

<http://www.santidade.net/artigos/>

### 2.4 Os pecados contra a virtude de religião

Podemos pecar contra a **religião** e contra a virtude de religião, quer por omissão, deixando de fazer os actos religiosos devidos para honrar a divindade e convenientes à natureza, quer por comissão, isto é, cometendo actos que são objectivamente contra a finalidade da virtude de religião. Estes, são geralmente divididos entre os que se afastam da finalidade da virtude de religião por excesso e por defeito. O vício que se afasta da virtude moral de religião por excesso chama-se genericamente *superstição*, pela qual se diviniza indevidamente algo que, na realidade, não é divino<sup>112</sup>. A superstição inclui a idolatria, a adivinhação e a magia. Pelo contrário, o vício que se afasta da finalidade da virtude de religião por defeito, e portanto, implica o facto de não tratar com a devida honra as realidades divinas ou outras realidades, que lhe estão intimamente ligadas, chama-se *irreligião*, e inclui as blasfémias, as imprecações, os sacrilégios, a simonia e o ateísmo. Resumindo, podemos afirmar que *«a superstição representa, de certo modo, um excesso perverso de religião; a irreligião é um vício oposto, por defeito, à virtude de religião»* (113 - Catecismo da Igreja Católica = Cat. n. 2110)

#### 2.4.1 As formas de superstição

*«A superstição é um desvio do culto que prestamos ao verdadeiro Deus. Manifesta-se na idolatria, bem como nas diferentes formas de adivinhação e magia»* (114 - Cat. Nº 2138).

Por isso, entre os vícios que se opõem à virtude de religião por excesso encontramos, em primeiro lugar, a *idolatria*. *«A idolatria não atinge apenas aos falsos cultos do paganismo. Continua a ser uma tentação constante para a fé. Ela consiste em divinizar o que não é Deus. Há idolatria desde o momento em que o homem honra e reverencia uma criatura em lugar de Deus, quer se trate de deuses ou de demónios (por exemplo, o satanismo), do poder, do prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro, etc.»* (115 - Cat. nº 2113). O Senhor muitas vezes repreendeu o Seu povo sobre este perigo: *«Não terás nenhum outro deus além de mim. Não farás para ti nenhuma imagem esculpida, seja do que está no alto do céu, ou em baixo, sobre a terra, ou nas águas, debaixo da terra. Não te prostrarás diante delas e não as adorarás, porque Eu, o Senhor, sou o teu Deus, um Deus ciumento»* (Dt 5,7-9). E ainda: *«Não façais para vós ídolos, nem levanteis entre vós imagens de madeira, estelas ou pedras esculpidas. Não as coloqueis na vossa terra, para vos prostrardes diante delas, porque Eu sou o Senhor, vosso Deus»* (Lv 26,1).

Na sua essência *«a idolatria recusa o senhorio de Deus; por isso é incompatível com a comunhão divina»* (116 - Cat. nº 2113). Neste sentido o Senhor Jesus lembra-nos que: *«Ninguém pode servir a dois senhores: ou não gostará de um deles e estimará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro.»* (Mt 6,24).

A idolatria pode ser *formal*, quando a vontade entende dar culto ao ídolo, ou *material*, quando, por alguma razão, se dissimula um acto idolátrico que externamente tem aparência de culto idolátrico. Mesmo a idolatria material, que obviamente é menos

perversa do que a formal, deve ser considerada um grave pecado, pois, mesmo no caso em que não é directamente intencional, não há razão que o torna licitamente tolerável. A honra de Deus, é, de facto o maior bem possível.

A *adivinhação* é o desejo mórbido de conhecer eventos ocultos ou futuros – os quais só Deus pode conhecer – recorrendo a ajuda explícita ou implícita das potências diabólicas<sup>117</sup>. Segundo S. Tomás, as potências angélicas, boas ou más, por sua própria natureza exercem um certo domínio sobre os movimentos das realidades corpóreas, podem iluminar os homens através de imagens sensíveis, agindo na sua imaginação e nos outros sentidos, internos e externos, e também impelir os homens a agir seguindo uma certa direcção excitando as suas paixões<sup>118</sup>. Podem realizar prodígios surpreendentes aos olhos dos homens, mas são incapazes de fazer milagres verdadeiros<sup>119</sup>.

Sendo assim, devemos dizer que a adivinhação e um acto que, por sua natureza, implica sempre um pacto com os demónios; disso deriva a sua especial gravidade<sup>120</sup>. Por isso, Deus, repetidas vezes, repreendeu o seu povo sobre este assunto: «*Não vos volteis para os espíritos dos mortos nem consulteis os adivinhos. Não vos contamineis com isso. Eu sou o Senhor, vosso Deus*» (Lv 19,31); «*O homem ou a mulher que se entregar à evocação dos espíritos ou adivinhações, será condenado à morte; serão apedrejados. O seu sangue cairá sobre eles.*» (Lv 20,27); «*Quando entrares na terra que o Senhor, teu Deus, te há-de dar, não imites as abominações daquelas gentes. Ninguém no teu meio faça passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha; ou se dê a encantamentos, aos augúrios, à adivinhação, à magia, ao feiticismo, ao espiritismo, aos sortilégios, à evocação dos mortos, porque o Senhor abomina todos os que fazem tais coisas. Por causa dessas abominações é que o Senhor, teu Deus, desaloja da tua frente essas gentes. Entrega-te inteiramente ao Senhor, teu Deus!*» (Dt 18,9-12); «*Apresentar-me-ei diante de vós para julgar e serei uma testemunha atenta contra os adivinhos*» (Mal 3,5).

São Tomás divide as diversas formas de adivinhação em dois grandes grupos que se distinguem pelo facto da invocação aos demónios seja explícita ou não. Quando tal invocação é explícita, então, a adivinhação pode acontecer através de aparições ou vozes com semblante humanas (*praestigium*), através de sonhos (*divinatio somniorum*), invocando os mortos (*nigromantia*), através de homens possessos (*pythones*)<sup>121</sup>, mediante a interpretação de sinais que aparecem em coisas inanimadas (*geomantia*), ou no ar (*aeromancia*), ou na água (*hidromancia*), ou no fogo (*piromancia*), ou nas vísceras dos animais imolados aos demónios (*aruspicium*). Quando não há uma invocação explícita dos demónios, a adivinhação se faz mediante a interpretação do movimento e posição dos astros (*astrologia*), através do comportamento das aves (*augurium*), através dos presságios pronunciados por pessoas (*omen*), através da disposição figurativa dos corpos que se vêem (*figura*), através da leitura das linhas da mão (*chiromantia*), através da interpretação da espátula de alguns animais (*spatulimantia*), através da disposição casual de certos objectos (*sortes*)<sup>122</sup>.

Não fazendo uma análise tão pormenorizada, o *Catecismo da Igreja Católica* declara simplesmente: «*Todas as formas de adivinhação devem ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demónios, evocação dos mortos ou outras práticas supostamente “reveladoras” do futuro. A consulta dos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e de sortes, os fenómenos de vidência, o recurso aos “médiums”, tudo isso encerra uma vontade de dominar o tempo, a história e, finalmente, os homens, ao mesmo tempo que é desejo de conluio com os poderes ocultos. Todas essas práticas estão em contradição com a honra e o respeito, penetrados de temor amoroso, que devemos a Deus e só a Ele*» (123 - Cat. n.º 2116).

Finalmente a superstição se encontra também na *magia*. A magia consiste na tentativa de obter determinados efeitos fazendo alguma coisa que não tem por si capacidade natural de conseguir tal efeito e por isso tal acção é acompanhada por um pedido de ajuda ilícito, explícito ou implícito, aos demónios<sup>124</sup>.

Muitas vezes se distingue entre magia negra quando se procura causar um dano a alguém e magia branca quando se procura atingir um determinado bem. Em todos os casos a magia se apresenta sempre como gravemente imoral, pois implica, tal como na adivinhação, um pacto implícito ou explícito com os demonios<sup>125</sup>. Em ligação com a magia se encontra o uso de certos objectos ou certos costumes que são tidos eficazes em sentido mágico, como, por exemplo, crer que o número 13 traga sorte, ou usar certos objectos ou sinais tidos por “eficazes” nas circunstancias da vida<sup>126</sup>.

A Igreja, interprete autentica da Palavra de Deus, ensina que *«todas as praticas de magia e de feitiçaria, pelas quais se pretende submeter os poderes ocultos para os pôr ao seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo – ainda que seja para lhe obter a saúde – são gravemente contrarias à virtude de religião»* (127 - Cat. nº 2117), e que também *«o uso de amuletos é repreensível»* (128 - Cat. nº 2117). *«O espiritismo implica muitas vezes praticas divinatórias ou mágicas, por isso, a Igreja adverte os fieis para que se acautelem dele. O recurso às medicinas ditas tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes malignos, nem a exploração da credulidade alheia»* (129 - Cat. nº 2117).

#### 2.4.2 As formas de irreligião

*«O primeiro mandamento proíbe honrar outros deuses, além do único Senhor que se revelou ao seu povo; e proíbe a superstição e a irreligião. A superstição representa, de certo modo, um excesso perverso de religião; a irreligião é um vício oposto por defeito à virtude de religião»*. Ora se pode pecar por defeito quando não se dá a devida honra a Deus ou às coisas divinas. Trata-se do vício da irreligião, que pose assumir diversas formas (130 - Cat. nº 2110).

Uma primeira forma de irreligião é a *blasfémia*. *«A blasfémia opõe-se directamente ao segundo mandamento. Consiste em proferir contra Deus - interior ou exteriormente - palavras de ódio, de censura, de desafio, dizer mal de Deus, faltar-Lhe ao respeito nas conversas, abusar do nome d’Ele. A proibição da blasfémia estende-se às palavras contra a Igreja de Cristo, contra os santos, contra as coisas sagradas.* (131 - Cat. nº 2148). A blasfémia implica sempre, um tratar sem o devido respeito – uma profanação – as coisas divinas. *«O segundo mandamento proíbe o uso inconveniente do nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos de modo injurioso»* (Cat. nº 2162). Por sua natureza intrínseca, a blasfémia, implica sempre um acto gravemente contrário à caridade e, portanto, se configura como um pecado grave *ex toto genere suo*, mesmo quando é imediatamente provocado pela ira ou pelo desespero. *«Quem blasfemar o nome do Senhor será condenado à morte»* (Lv 24,16).

Distintas da blasfémia são as *imprecações*. *«As imprecações, que invocam o nome de Deus sem intenção de blasfémia, são uma falta de respeito para com o Senhor»* (133 - Cat. nº 2149). Trata-se de invocações vanas e inoportunas do Nome de Deus que ferem a honra e o respeito a Ele devido.

As *maldições*, através das quais se deseja o mal a alguém, envolvendo, de qualquer forma, a Deus, são também actos de irreligião. Elas pretendem associar a potência divina aos nossos maus propósitos em relação ao próximo, muitas vezes movidos pelo desejo de vingança ou pela inveja.

Uma outra forma de irreligião é a de duvidar e pôr à prova os atributos divinos, e o que chamamos *tentar a Deus*<sup>134</sup>. Tal acto é contra a virtude de religião porque implica o duvidar da excelência divina, o que é uma irreverência em relação a Deus<sup>135</sup>. Mas se de facto se põe à prova a Deus, por exemplo, pedindo a Sua ajuda numa dificuldade, movidos não pela dúvida, mas sim pela Sua bondade, isto é por um propósito virtuoso, então, tal acto não vai contra a virtude de religião, pois é um acto virtuoso. Portanto, não todos os pedidos que invocam a intervenção de Deus são um tentar a Deus. «*Tentar a Deus consiste em pôr à prova, por palavras ou actos, a sua bondade a sua onnipotência ... fere o respeito e a confiança que devemos ao nosso Criador e Senhor, implicando sempre uma dúvida relativamente ao seu amor, à sua providência e ao seu poder*» (136 - Cat. nº 2119).

O *sacrilégio* é outro acto de irreligião: «*consiste em profanar ou em tratar indignamente os sacramentos e outras acções litúrgicas, bem como as pessoas, as coisas e os lugares consagrados a deus. o sacrilégio é um pecado grave, sobretudo quando é cometido contra a eucaristia, pois que, neste sacramento, é o próprio corpo de cristo que se nos torna presente substancialmente*» (137 - Cat. nº 2120); portanto, implica sempre uma falta ao respeito devido no tracto, em diversas formas, a tudo o que é sacro. Não por acaso que Jesus se levanta, movido por uma santa ira, contra os que profanavam a casa de Seu Pai (cf. *Gv* 2,14; *Mt* 21,12).

A *simonia* é também um acto de irreligião e seu nome deriva de Simão o Mago, o qual tentava adquirir o poder do Espírito Santo por meio da imposição das mãos dos Apóstolos (cf. *At* 8,18-24). «*A simonia define-se como a compra ou venda das realidades espirituais ... É impossível alguém apropriar-se dos bens espirituais e comportar-se a respeito deles como proprietário ou dono, pois eles têm a sua fonte em Deus, e só d'Ele se podem receber gratuitamente*» (138 - Cat. nº 2121). As realidades espirituais não são objecto de comercio, mas dons de Deus e, mesmo estando na posse dos ministros, estes não são proprietários, ma somente administradores (cf. *1Cor* 4,1). Por isso, Jesus os exorta: «*Recebestes de graça, dai de graça*» (*Mt* 10,8). A simples pretensão de querer adquirir alguma realidade espiritual, supõe também a ideia errónea de que se poderia dar algo equivalente ao seu valor. Uma tal atitude faria dos ministros de Deus, não mais administradores, mas comerciantes dos dons de Deus e, com isso, ofenderiam a honra do Criador. Os dons de Deus são *dons* que devem ser acolhidos como dons e levar-nos à gratidão e ao louvor: «*Que cosa darei ao Senhor por quanto me deu? [...] Oferecerei sacrifícios de louvor e invocarei o nome do Senhor*» (*Sal* 115,12.17). Ao mesmo tempo, são *de Deus* e, por isso, os ministros que os possuem em custódia, os distribuem aos fiéis, não tomam posse deles como uma propriedade<sup>139</sup>. Isto não nega que os fiéis possam, e algumas vezes devam, fazer *ofertas* para sustentar os ministros sacros, de frequente em ocasião dos benefícios espirituais recebidos de Deus por seu intermédio. Uma tal oferta não é feita com a intenção de comprar um dom de Deus, mas simplesmente para ajudar o sustentamento daqueles que estão a dedicar a sua vida para serem canais dos dons de Deus para o bem dos outros. O Senhor lembra-nos que: «*o operário é digno da seu salário*» (*Lc* 10,7), e São Paulo diz que «*o Senhor predispos que os que anunciam o evangelho, vivam do evangelho*» (*1Cor* 9,14). É neste sentido que a Igreja ensina que os fiéis têm a obrigação de sustentar os seus ministros sacros<sup>140</sup>.

Finalmente temos o *ateísmo* que se configura como uma atitude de não reconhecimento da existência do Criador, e por isso mesmo «*na medida em que nega ou rejeita a existência de Deus, o ateísmo comete um pecado contra a virtude de religião*» (141 - Cat. nº 2125). Mais concretamente se deve dizer que é um acto de irreligião. Entre os que

assumem uma tal atitude existencial, encontramos quer os que «negam explicitamente Deus»<sup>142</sup>, quer os que O negam não tanto explicitamente, mas com um estilo de vida “como se Deus não existisse” (143 - Cat. n.º 2124). É preciso salientar que, mesmo que no ambiente cultural ocidental o fenómeno do ateísmo difundiu-se notavelmente, ele «considerado no seu conjunto, não é considerado algo de originário»<sup>144</sup>. O homem, como já dissemos acima, graças ao lume da razão é um ser naturalmente religioso e não naturalmente ateu. Por isso, «aqueles que voluntariamente procuram manter para longe a Deus do seu próprio coração e evitar os problemas religiosos, não seguindo o imperativo da sua consciência, não são isentos de culpa»<sup>145</sup>.

-----

<sup>112</sup> Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 94, a. 1, co.: «cuicumque creaturae divinus cultus exhibeatur, superstitiosum est».

<sup>113</sup> *Catecismo*, n. 2110.

<sup>114</sup> *Catecismo*, n. 2138.

<sup>115</sup> *Catecismo*, n. 2112.

<sup>116</sup> *Catecismo*, n. 2113.

<sup>117</sup> Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 95, a. 2, co.: «Omnis autem divinatio ex operatōe Daemonum provenit, vel quia expresse Daemones invocantur ad futura manifestanda; vel quia Daemones se ingerunt vanis inquisitionibus futurorum, ut mentes hominum implicent vanitate»; *ibidem*, a. 3, co.: «omnis divinatio utitur ad praecognitōem futuri eventus aliquo Daemonum consilio et auxilio. Quod quidem vel expresse imploratur, vel praeter petitōem hominis, se occulte Daemon ingerit ad praenuntiandum quaedam futura quae hominibus sunt ignota, eis autem cognita».

<sup>118</sup> Cf. *Summa Theologiae*, I, qq. 110-111.

<sup>119</sup> Cf. *Summa Theologiae*, I, q. 110, a. 4, ad 2: «miracula simpliciter loquendo, dicuntur, ut dictum est, cum aliqua fiunt praeter ordinem totius naturae creatae. Sed quia nō omnis virtus naturae creatae est nota nobis, ideo cum aliquid fit praeter ordinem naturae creatae nobis notae, per virtutem creatam nobis ignotam, est miraculum quoad nos. Sic igitur cum Daemones aliquid faciunt sua virtute naturali, miracula dicuntur nō simpliciter, sed quoad nos. Et hoc modo magi per Daemones miracula faciunt»; *ibidem*, q. 114 a. 4 co.: «si miraculum proprie accipiatur, Daemones miracula facere nō possunt, nec aliqua creatura, sed solus Deus, quia miraculum proprie dicitur quod fit praeter ordinem totius naturae creatae, sub quo ordine continetur omnis virtus creaturae. Dicitur tamen quandoque miraculum large, quod excedit humanam facultatem et consideratōem. Et sic Daemones possunt facere miracula, quae scilicet homines mirantur, inquantum eorum facultatem et cognitōem excedunt. Nam et unus homo, inquantum facit aliquid quod est supra facultatem et cognitōem alterius, ducit alium in admiratōem sui operis, ut quodammodo miraculum videatur operari. Sciendum est tamen quod, quamvis huiusmodi opera Daemonum, quae nobis miracula videntur, ad veram ratōem miraculi nō pertingant; sunt tamen quandoque verae res. Sicut magi Pharaonis per virtutem Daemonum veros serpentes et ranas fecerunt».

<sup>120</sup> Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 95, a. 2, ad 2: «divinatio pertinet ad cultum Daemonum, inquantum aliquis utitur quodam pacto tacito vel expresso cum Daemonibus»; *ibidem*, q. 96, a. 1, ad 3: «exquirere cognitōem futurorum a Daemonibus nō solum est peccatum propter hoc quod ipsi futura nō cognoscunt, sed propter societatem cum eis initam»

<sup>121</sup> Cf. *At* 16,16.

<sup>122</sup> Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 95, a. 3, co.

<sup>123</sup> *Catecismo*, n. 2116.

<sup>124</sup> Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 96, a. 2, ad 1: «si simpliciter adhibeantur res naturales ad aliquos effectus producendos ad quos putantur naturalem habere virtutem, nō est superstitiosum neque illicitum. Si vero adiungantur vel characteres aliqui, vel aliqua nomina, vel aliae quaecumque variae observatōes, quae manifestum est naturaliter efficaciam nō habere, erit superstitiosum et illicitum»; *ibidem*, ad 3: «nullo modo licet homini Daemonum auxilio uti per pacta tacita vel expressa»; *ibidem*, I, q. 110, a. 4, ad 2: «cum magus aliquid facit per pactum initum cum Daemone, hoc fit quasi per quendam privatum contractum».

125 Cf. *Contra Gentiles*, lib. 3, cap. 105, n. 6: «Relinquitur igitur quod effectus huiusmodi compleantur per aliquem intellectum ad quem sermo proferentis huiusmodi voces dirigitur. Huius autem signum est: nam huiusmodi significativae voces quibus magi utuntur, invocatōs sunt, supplicatōs, adiuratōs, aut etiam imperia, quasi ad alterum colloquentis»; *De potentia*, q. 6, a. 10.

126 Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 96, a. 4.

127 *Catecismo*, n. 2117.

128 *Catecismo*, n. 2117.

129 *Catecismo*, n. 2117.

130 Cf. *Catecismo*, n. 2139.

131 *Catecismo*, n. 2148.

132 *Catecismo*, n. 2162.

133 *Catecismo*, n. 2149.

134 Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 97, a. 2, co.: «tentare est experimentum sumere. Nullus autem experimentum sumit de eo de quo est certus».

135 Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 97, a. 3, co.: «tentare aliquem ad irreverentiam eius pertinet, nullus enim praesumit tentare eum de cuius excellentia certus est».

136 *Catecismo*, n. 2119.

137 *Catecismo*, n. 2120.

138 *Catecismo*, n. 2121.

139 Cf. *Summa Theologiae*, II-II, q. 100, a. 1, ad 1: «in hoc quod aliquis vendit donum spiritus sancti, quodammodo se protestatur esse dominum spiritualis doni; quod est haereticum».

140 Cf. *CIC*, can. 222 - §1.

141 *Catecismo*, n. 2125.

142 Concilio Vaticano II, Cost. past. *Gaudium et spes*, n. 19.

143 Cf. *Catecismo*, n. 2124: «Il termine ateismo indica fenomeni molto diversi. Una forma frequente di esso é il materialismo pratico, que racchiude i suoi bisogni e le sue ambições entro i confini dello spazio e del tempo».

144 Concilio Vaticano II, Cost. past. *Gaudium et spes*, n. 19.

145 Concilio Vaticano II, Cost. past. *Gaudium et spes*, n. 19.